

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 2 | Nº 5 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3759679>



A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA COVID-19

Wagner Feitosa Avelino¹

Jessica Guimarães Mendes²

Resumo

O objetivo do ensaio é refletir sobre a atual conjuntura da educação brasileira a partir da pandemia do novo coronavírus, responsável pela difusão da doença conhecida como COVID-19. O presente texto, fundamenta-se em enfoques adquiridos em problemas educacionais e vivências no/do/sobre o cotidiano escolar, por meio de uma perspectiva das políticas públicas, formação docente e isolamento social.

Palavras-chave: formação docente; isolamento social; políticas públicas.

Abstract

The objective of the essay is to reflect on the current situation of Brazilian education from the pandemic, responsible for the diffusion of the Corona Virus Disease 2019 (COVID-19). The present text is based on approaches acquired in educational problems and experiences in / on / about school life, through a public policy perspective, teacher training and social isolation.

Keywords: public policy; social isolation; teacher training.

PRÓLOGO

O Brasil tem enfrentado diversos problemas educacionais ao longo dos anos, apontados principalmente por baixos salários dos educadores, infraestruturas precárias das escolas, diversos tipos de violências, evasão e reprovação, desvios de repasses de verbas, amplo analfabetismo informal e resultados cada vez mais catastróficos nas avaliações internas e externas. Na lista do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2018, os alunos de 15 anos ficaram mal classificados em quesitos básicos como Leitura 57°, Ciências 66° e Matemática 70°, em um total de 79 países (OCDE, 2019).

Além dos problemas educacionais, o país também enfrenta crises na área da economia, saúde e política, onde a maioria dos representantes tomam decisões de interesses próprios e partidários, uma guerra de poder, e quem perde é a população. São reflexos da má administração, com pessoas despreparadas que assumem cargos importantíssimos, remetendo ao descaso com a qualidade educacional do país.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista, docente da Faculdade de Americana e professor coordenador de Ciências Humanas na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. E-mail: wagnerhist@bol.com.br

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Americana. E-mail: jessicagmendes95@gmail.com



Embora, um dos fatores mais apontados pela população da grave situação da educação brasileira esteja ligado ao fator econômico, entorno de 6% de parte do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, que foi de 7,3 trilhões de reais (IBGE, 2019), não conseguiu resolver a crise instaurada a décadas. Assim, destinar esses bilhões na educação não tem representado resultados satisfatórios nacionalmente e muito menos internacionalmente, conforme apontam os resultados das avaliações em larga escala em que o Brasil participa.

Como abordagem, assuntos de políticas educacionais são muito complexas, surgem questionamentos acerca de como utilizar de fato esses investimentos. Pesquisas apontam (LIMA, 2012; MARQUES, 2012) que o melhor investimento seria em infraestrutura das escolas e/ou equipamentos tecnológicos; na formação inicial ou continuada dos professores, outros sugerem melhor remuneração dos educadores e conseqüentemente a valorização da profissão para torná-la mais atrativa.

A realidade da educação brasileira sempre foi precária, porém o país enfrenta diversos novos problemas na educação em função das paralisações por conta do novo coronavírus, Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19 (LUIGI; SENHORAS, 2020; MARANHÃO; SENHORAS, 2020), tornando o *status* precário da educação ainda mais evidente. Além de todas as dificuldades já existentes, os alunos terão de enfrentar um sistema de educação que não tem estrutura suficiente para ampará-los frente a essa nova realidade.

É importante ressaltar que as questões sociais, econômicas e culturais dos alunos, também influenciam diretamente nos resultados da aprendizagem. A construção do conhecimento da criança está relacionada principalmente ao meio que está inserida e quando essa convive em um lar desestruturado com agressões, drogas ou estupros, os educadores pouco têm a oferecer, exceto denunciar aos responsáveis, que infelizmente em muitos casos, são os próprios familiares. E diante desse contexto de isolamento social, estão diretamente expostos nesses ambientes hostis e com pouco apoio pedagógico. Pois, os responsáveis não têm preparação pedagógicas para acompanhar o desempenho educacional dos pupilos.

O meio social e cultural são agentes ativos na relação de saber (BOURDIEU, 1999; CHARLOT, 2003), crianças e jovens com acessos a museus, teatro, cinema, recursos tecnológicos, viagens, carregam em si uma bagagem maior em relação aos que não dispõem desse capital cultural. Famílias com grau de escolaridade baixa, crianças cujos responsáveis não possuem a Educação Básica, ficam em desvantagem em relação àqueles, cujo os pais concluíram o Ensino Superior e entendem que o maior investimento é o apoio cultural e educacional dos filhos. Alunos com mais acesso aos recursos tecnológicos estão em vantagem, frente a essa nova modalidade de ensino *homeschooling* (Educação



Domiciliar), ratificando o quanto a relação de saber e poder constroem uma hierarquia de conhecimento.

A partir dessas linhas introdutórias, fica perceptível os sérios problemas que a nação enfrenta, e que os mesmos ocorrem desde o Ensino Infantil e se arrastam até o Ensino Superior. Mesmo com obrigatoriedade, da Lei de Diretrizes e Base (BRASIL, 1996), do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988) ainda existem crianças sem frequentar a escola, por questões de vagas, questões econômicas e por locais de difícil acesso. Se o objetivo dessas leis, normas ou decretos estaduais ou federal, seja um ensino de qualidade, são nesses ciclos de ensinamentos que devem existir os maiores investimentos das políticas públicas educacionais. A falta de recursos tecnológicos destinados à educação acaba por inviabilizar ainda mais o acesso à educação durante a pandemia, se antes a dificuldade estava em chegar até as escolas, agora muitos alunos vão enfrentar o fato de não terem recursos suficientemente para acompanhar as aulas online e executar as atividades solicitadas.

A Cultura Digital ou Cibercultura é um grande desafio do Ministério da Educação, dos estados e municípios, pois sabem que a proposta tange a favor da educação de qualidade. É notório que escolas públicas ou privadas sem o fomento a essas culturas, dificilmente se estenderá aos lares, pois há uma lacuna entre o uso pessoal como divertimentos (redes sociais ou jogos) e o uso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. De fato, a mediação pedagógica quanto essas tecnologias fazem toda diferença, pois mais do que saber utilizar esses recursos, é saber como usá-los de forma dialética e em prol da educação. Percebe-se que diante da atual conjuntura sobre o COVID-19, os responsáveis educacionais buscam manter as aulas a todo custo. Contudo, diante do exposto, e professores sem formação em tecnologias, muitos alunos no país sem conexão à internet e o conhecimento de aplicativos educacionais, a tentativa não atingirá as metas ou a qualidade do ensino, que o país tanto carece.

Os países que possuem os melhores resultados nos quesitos educacionais têm uma política de valorização e de investimentos certos na Educação Básica (OCDE, 2018). Os investimentos não se resumem apenas em recursos financeiros, mas em manter os alunos em maior tempo nas escolas, formação docente, tecnologias, pesquisas, experiências e vivências de outros países no campo educacional.

Basicamente o aluno no Brasil é codificado desde muito cedo a absorver conhecimentos para passar no vestibular, e em concursos públicos posteriormente. Esses discursos são recorrentes em âmbito escolar, pois acreditam que só assim, esses jovens podem alcançar os seus Projetos de Vida. Não há um interesse em formar alunos autônomos, que tenham o interesse em buscar conhecimento,



fruto de uma pedagogia bancária (FREIRE, 1996), e agora esses alunos se encontram em uma situação onde devem buscar os conhecimentos sozinhos, mas os mesmos, não foram preparados para tal exercício, devido a falha do *modus operandi* que é característica da educação brasileira.

O mercado de trabalho exige um jovem protagonista, empreendedor, com espírito de liderança, e que na maioria das vezes, a escola sufoca-os com todos os conteúdos metódicos e com aulas totalmente tradicionais. Ter uma Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) em busca de desenvolver as habilidades e competências, não tem agradado alunos e professores no que tange o processo de ensino e aprendizagem, ao dar real sentido a escola contemporânea.

A formação continuada deveria ser bem valorizada no cotidiano escolar, e tem afetado diretamente a qualidade do ensino no país. Pois, uma vez que o mesmo não é incentivado por parte dos responsáveis, mantêm a mesma jornada de trabalho e sem apoio financeiro para concluir cursos de extensão ou especialização, em que o educador almeja em prol da qualidade do ensino. Contudo, em sua maior parte, toma a iniciativa individualmente buscando fazer cursos com recursos próprios. Há aqueles que defendem a formação continuada em âmbito escolar principalmente nas reuniões pedagógicas. Porém, o tempo destinado para esse fim, não é suficiente para tais formações, ficando a mercê de desabafos de educadores por questões ligadas à indisciplina ou aprendizagens dos alunos.

O mundo está em constante movimento, tudo se atualiza muito rápido, a todo momento surgem novos métodos de ensino ou novos conceitos. Para manter uma educação de qualidade é preciso que todos os profissionais da educação discutam os problemas e busquem soluções coletivas. Nesse caso, melhorar a educação por meio das metodologias ativas (MORAN, 2017). Pois, um professor nunca deixa de aprender, pelo contrário, essa prática da aprendizagem deve ser seu combustível. Ao buscar conhecimentos, mais profissionais qualificados e motivados existirão. Conseqüentemente mais alunos terão um futuro promissor e um reconhecimento positivo sobre a instituição escolar e Projeto de Vida.

O Brasil precisa urgentemente de uma reformulação na educação, pois é evidente que o sistema de ensino vigente não tem dado bons resultados. É lógico que depende de muitos outros fatores, mas é inegável que uma mudança seja necessária. Para essas mudanças acontecerem é preciso de uma boa guinada nas políticas públicas educacionais e maior compromisso individual, onde as pessoas realmente estejam dispostas a melhorar o ensino no país. Todos precisam ter acesso a escola, e que essas escolas estejam em condições de receber todas as crianças, inclusive as de inclusão. Para isso, é necessário uma boa administração pública e um modelo de ensino eficiente, capaz de ensinar na construção do ser humano e que aprenda ler, escrever e resolver problemas em seu cotidiano.

A sugestão é que as escolas tenham currículos mais flexíveis, salas de aulas interativas, trabalhar a interdisciplinaridade, fazer com que a escola seja o lugar do saber, que desenvolvam suas



habilidades e que remetam as competências. E talvez o principal, ou seja, a valorização do educador. Esse profissional carece de investimentos psicológico, de formação e financeiros para contribuir com o avanço da nação. Por isso, ter um programa de formação inicial e continuada é tão relevante nesse momento, justamente por conta do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que emergiu e sequenciou uma pandemia no país, ao qual a comunidade escolar estava despreparada.

Essa pandemia, que surgiu no final de 2019 e início do ano de 2020 no mundo e posteriormente no Brasil, fez com que muitos responsáveis pela educação repensassem nos métodos de ensinamentos pouco tradicionais, diante da problemática do isolamento social.

Com praticamente todas as instituições de ensinamentos fechadas, milhares de alunos no país estão sem aulas presenciais, o que de fato prejudica o cumprimento dos 200 dias letivos conforme a Leis de Diretrizes e Bases no artigo 31 (BRASIL, 1996). Mas, para isso, foi decretado a Medida Provisória nº 934, de 1º de Abril de 2020, em que “estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do ensino superior” (BRASIL, 2020).

Assim, secretarias educacionais de ensinamentos pelo país recorreram às plataformas digitais e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para que os alunos da Educação Básica, desenvolvam em suas casas as atividades pedagógicas complementares. Todos esses acontecimentos recentes por conta da pandemia, estão revelando um problema crítico no Brasil já citado no presente ensaio, ligados a falta de formação inicial e continuada dos professores ou recursos tecnológicos no cotidiano escolar. O *Google Education*, pacote do *Google Suite*, voltado para a área da educação, está sendo usado para dar continuidade às aulas, no formato de Educação a Distância (EAD), a plataforma conta com diversos aplicativos que podem transformar a sala de aula em um espaço online, mas isso exige um certo conhecimento, para que possa ser utilizado da melhor forma. Desse modo, a falta de formação para utilização das TICs dificulta os trabalhos desses docentes, o que conseqüentemente prejudicará a formação dos alunos.

Contudo, com a dimensão continental do país, nem todas as crianças têm acesso a internet e as atividades propostas pelos educadores não chegam a elas. Além do mais, o ambiente de casa nem sempre é propício, repletos de violência doméstica, alimentação inadequada, iluminação precária, falta de orientação dos educadores para as atividades, entre outros problemas recorrentes no âmbito familiar que prejudicam a conclusão dessas atividades.

As conseqüências maiores dessa pandemia em relação a educação, dificilmente serão analisadas com precisão durante o pico da pandemia no Brasil. Pois, os alunos ainda permanecem sem aulas e as atividades são enviadas via Facebook, e-mail, Whatsapp, ou correios que parcialmente chegam aos alunos para serem concluídas e sem amplas orientações dos educadores. Embora, acredita-se que essas



atividades sejam desenvolvidas sem acompanhamentos docentes, dificilmente serão retomadas as correções, devido às incertezas do tempo de retorno às aulas e o volume que essas proporcionarão com o decorrer da gravidade da propagação do vírus.

Portanto, pais, alunos e professores que tiveram suas rotinas alteradas no ano letivo de 2020, por conta do novo coronavírus (SARS-CoV2), começam a sentir a importância dos quatro pilares da educação, ou seja, aprender a conhecer, fazer, viver e ser, primordiais nas TICs e competências socioemocionais (DELORS, 2003). De fato, essas dificuldades sempre existiram, a diferença é que foram somadas a outros problemas de amplitudes mundiais.

A reflexão nesse momento é, como ficará a educação após o fim do isolamento social provocado pelo coronavírus? Servirá apenas para impulsionar novas políticas públicas que sejam mais efetivas? Por fim, os resultados dessa pandemia, mostrou o quanto a escola exerce um papel fundamental na vida do aluno, por inseri-los ao convívio social; por mostrar a importância do papel do professor como mediador, e que repense na relevância da formação inicial e continuada no que tange às novas tecnologias. Mais do que saber reconhecer os problemas, cabe aos políticos, corpo docente, alunos, responsáveis e população em geral, uma mudança de comportamento, ao ter consciência que, educar vem atrelado a uma ação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. ALICE, M.; CATANO, A. (orgs.). Petrópolis: Editora: Vozes, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 17/04/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17/04/2020.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho, 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 17/04/2020.

BRASIL. **Lei Federal n. 9394, 20 de dezembro, 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 17/04/2020.

BRASIL. **Medida Provisória n. 934, de 01 de abril, 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 17/04/2020.



CHARLOT, B. “O sujeito e a relação com o saber”. *In*: BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de Educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

DELORS, J. “Os quatro pilares da educação”. *In*: DELORS, J. (coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Produto Interno Bruto”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2019]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 16/04/2020.

LIMA, N. C. M. **Infraestrutura, gestão escolar e desempenho em leitura e matemática**: um estudo a partir do projeto GERES (Dissertação de mestrado em Educação). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2012.

LUIGI, R.; SENHORAS, E. M. “O novo coronavírus e a importância das Organizações Internacionais”. **Nexo Jornal** [17/03/2020]. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em 21/04/2020.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. “Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

MARQUES, R. N. **Escolas bem sucedidas: como são?** Um estudo de caso de duas escolas públicas do Distrito Federal (Dissertação de mestrado em Educação). Brasília: UCB, 2012.

MORAN, J. M. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. Porto Alegre: Editora Penso, 2017.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **PISA 2018**. Results (Volume I): What Students Know and Can Do. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2018-results-volume-i_5f07c754-en>. Acesso em: 16/04/2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 2 | Nº 5 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima